

1 Ata da 1ª (primeira) reunião extraordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, realizada nas dependências do  
2 Salão de Vidro da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no dia 18 de Maio de 2016, com início às 19h40min. Encaminhou justificativa  
3 de ausência a Conselheira Márcia Niterói. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Dr. Francisco  
4 Fernandes, cumprimenta a todos os presentes, e convida dos Conselheiros da Comissão Executiva a tomar assento na Mesa Diretora  
5 dos trabalhos. Por tratar-se de reunião extraordinária, não há pauta de informes e assuntos gerais, tampouco análise e aprovação de  
6 ata anterior. Passa-se então a apreciação do primeiro item da pauta: Apresentação e aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG)  
7 da Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba, pertinente ao ano de 2015. O Vice-Presidente e Secretário-Executivo do Conselho,  
8 Conselheiro Eduardo Golob, relembra que o documento integral do Relatório Anual de Gestão (RAG) já foi encaminhado, com 01  
9 (uma) semana de antecedência, à todos os conselheiros, para pertinente ciência e análise prévia. Propõe, em decorrência desta  
10 oportunidade de prévia análise, bem como considerando a amplitude do documento, que possa ser dispensada a apresentação com  
11 a leitura, e que se prossiga diretamente com a inscrição de conselheiros que eventualmente tenham alguma dúvida ou colocação.  
12 Colocada a proposta em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Passa-se então a inscrição de conselheiros para a  
13 realização de apontamentos pertinentes a RAG, não havendo nenhuma manifestação de inscrição de interessados. Diante da  
14 ausência de questionamentos pertinentes, o Sr. Secretário Executivo coloca o Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2015 da  
15 Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes.  
16 Passa-se então a apreciação do segundo item da pauta: Apresentação de projetos do Hospital do Grupo de Pesquisa e Assistência ao  
17 Câncer Infantil (GPACI), visando encaminhamento dos mesmos para obtenção de verbas parlamentares, bem como informações a  
18 respeito de recursos já recebidos. Em virtude da ausência do relator do item, Conselheiro Ricardo Diacov, o Sr. Secretário Executivo,  
19 Conselheiro Eduardo Golob, propõe o prosseguimento da pauta, podendo retornar caso o Conselheiro Ricardo Diacov se faça  
20 presente. Colocado em votação a sugestão, a mesma foi aprovada por unanimidade. Passa-se então a apreciação do terceiro item da  
21 pauta: Apresentação a respeito do andamento do processo de desinstitucionalização de pacientes moradores de hospitais  
22 psiquiátricos. A relatora do item, Sra. Coordenadora de Saúde Mental de Sorocaba, Dra. Mirsa Dellosi, relembra que a atual data é  
23 alusiva ao Dia Mundial da Luta Antimanicomial, e faz um agradecimento ao Conselho Municipal de Saúde, por ter pautado assunto  
24 de saúde mental na presente data, bem como em referência a todo o interesse sempre manifestado pelo órgão nas ações  
25 pertinentes ao assunto. Inicia a sua apresentação, com um breve histórico das ações de encerramento das atividades dos hospitais  
26 psiquiátricos, desde a data da assinatura do TAC da Saúde Mental, em Dezembro de 2012. Demonstra o número de leitos SUS de  
27 Saúde Mental, individualizados pela cidade de Sorocaba e outros da Região, traçando posteriormente paralelo com as altas  
28 procedidas desde então, separadas por alta familiar, alta para residência terapêutica em Sorocaba e para outros municípios, número  
29 de óbitos, fugas e evasões, transferências e informação final do número de moradores ainda internados, que atualmente perfazem o  
30 número de 430 pacientes no Pólo de Desinstitucionalização do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz. Demonstra mapa gráfico, expondo  
31 toda a rede de atendimento existente no município de Sorocaba no ano de 2012, e após, o mesmo gráfico, contendo todos os  
32 equipamentos de saúde mental no atual momento, no ano de 2016, evidenciando o aumento considerável de serviços oferecidos a  
33 população. Demonstra a expectativa de implantação até Dezembro de 2016, prazo final para efetivo cumprimento do TAC da Saúde  
34 Mental. Encerra sua apresentação agradecendo a atenção de todos, e colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos.  
35 Conselheiro Milton Sanches relata que esteve em reunião de Saúde Mental em outro município. Relata que, no papel, as ações  
36 parecem ser perfeitas, sendo este o caminho a ser seguido. Relata, entretanto, o expressivo aumento da população de rua,  
37 potencialmente oriundo de ex-pacientes psiquiátricos desinstitucionalizados. Versa que, com esse aumento, advieram também  
38 alguns crimes, de variadas gravidades, causados em virtude de tais ações. Diz entender que o norte das ações está correto, mas a  
39 prática tem deixado a desejar. Dra. Mirsa diz que não se deve confundir moradores de rua com pacientes de saúde mental  
40 desinstitucionalizados. Revela que, dos pacientes encaminhados para serviços de residência terapêutica, continuam em sua  
41 integralidade nas residências e não nas ruas. Diz que, aos pacientes encaminhados às famílias, também há posterior  
42 acompanhamento posterior destes, e que os mesmos também não estão nas ruas. Versa, entretanto, estar à disposição para  
43 acompanhar eventual trabalho ou levantamento neste sentido, em uma busca ativa para averiguar com melhor juízo se há egressos

44 de hospitais psiquiátricos moradores de rua, embora acredite ser pouco provável. Conselheiro Francisco Valério diz ser necessário  
45 investigar com cautela tal situação, entendendo ser improvável ter segurança absoluta de que não há pacientes egressos de  
46 hospitais psiquiátricos moradores de rua. Revela ter questionado aleatoriamente alguns moradores de rua, sendo que alguns deles  
47 informaram ter vindo de hospitais psiquiátricos de outras localidades. Diz entender que esse assunto não é um problema único e  
48 exclusivo da Secretaria da Saúde, devendo haver ações conjuntas de vários setores da Prefeitura. Dra. Mirsa diz que todas essas  
49 informações são bem-vindas, e se houver 01 (um único) caso de egresso de hospital psiquiátrico, há de ter ação corretiva nesse  
50 caso, e preventiva aos demais. Conselheiro Luís Cláudio Zanzarini solicita que membros do Conselho Municipal de Saúde possam  
51 integrar a composição do grupo condutor da rede de atenção psicossocial, sugerindo que a indicação de representantes possam ser  
52 realizados na reunião ordinária de Junho. O Presidente do Conselho e também Secretário da Saúde, Dr. Francisco Fernandes, diz da  
53 dificuldade em gerenciar o estigma criado pela questão da psiquiatria, com todas as adversidades pertinentes. Revela, brevemente,  
54 o fluxo de encaminhamento destes pacientes na rede municipal de saúde. Diz ser pouco provável que o aumento da população de  
55 rua seja motivado pelo processo de desinstitucionalização, pois ainda que todos os pacientes estivessem na rua, representariam  
56 menos de 10% do índice estimado desta população. Passa-se então a apreciação do quarto item da pauta: Apresentação e  
57 aprovação de cadastramento de equipe de saúde bucal na Estratégia de Saúde da Família (ESF), junto ao Ministério da Saúde. O  
58 Vice-Presidente e Secretário-Executivo do Conselho, Conselheiro Eduardo Golob, relembra que o documento integral pertinente ao  
59 projeto já foi encaminhado, com 01 (uma) semana de antecedência, à todos os conselheiros, para pertinente ciência e análise  
60 prévia. O relator do item, Dr. Diego Diniz, tece breve esclarecimento acerca do projeto, relatando ainda resumidamente as ações das  
61 equipes de saúde bucal da família já existentes. Revela que, das 04 equipes já existentes e atuantes, 03 encontram-se cadastradas no  
62 Ministério da Saúde, faltando apenas o credenciamento da equipe faltante, alvo do presente projeto, sendo necessária a aprovação  
63 do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Alexandre questiona a respeito dos recursos humanos, questionando como se dará os  
64 critérios de seleção para composição. Dr. Diego informa que a organização se dá em cima de alguns pré-requisitos de atuação da  
65 Saúde da Família, sendo pontuado os interessados e procedendo com a seleção interna pertinente. Conselheiro Alexandre diz  
66 entender que se trata de um excelente pleito, sugerindo que este estabelecimento de critérios objetivos seja estendido como prática  
67 de toda a Secretaria da Saúde, sobretudo para serviços específicos, tais como SAMU, CEREST, Policlínica, e outros. Propõe que se  
68 pautar a apresentação de projeto semelhante para os demais profissionais de todas as unidades de especialização. O Presidente do  
69 Conselho e também Secretário da Saúde, Dr. Francisco Fernandes, relembra que a Secretaria da Saúde é apenas um órgão dentro da  
70 municipalidade, e por tal motivo, as ações devem ser balizadas conjuntamente com as demais secretarias envolvidas, tais como  
71 Administração e Negócios Jurídicos. Revela que a morosidade da burocracia, por vezes, impossibilita a realização de práticas que  
72 necessitam de resolução breve. Conselheiro Alexandre diz que este projeto pode vir a ser discutido com calma, para posterior  
73 implementação e então efetividade. Sugere que o assunto possa ser pautado em reunião ordinária do Conselho. O Secretário  
74 Executivo do Conselho, Conselheiro Eduardo Golob, questiona se existem novas manifestações e, na ausência de questionamentos,  
75 coloca a aprovação do credenciamento de equipe de saúde bucal na estratégia de Saúde de Família em votação, sendo aprovado por  
76 unanimidade dos presentes. Diante da agora presença do Conselheiro Ricardo Diacov, relator do item 2 da pauta, retorna-se a  
77 apreciação do segundo item da pauta: Apresentação de projetos do Hospital do Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil  
78 (GPACI), visando encaminhamento dos mesmos para obtenção de verbas parlamentares, bem como informações a respeito de  
79 recursos já recebidos. Conselheiro Ricardo Diacov expõe relação de recursos recebidos, oriundos de verbas parlamentares, bem  
80 como convênios ainda a receber, pendentes, desde o ano de 2014. Expõe a destinação dos recursos já recebidos e dos recursos  
81 pleiteados, justificando a necessidade de cada qual, motivando o pleito diante dos benefícios. Separa os pleitos por  
82 encaminhamentos à esfera estadual e federal, contendo data do envio ou do recebimento do recurso, número cadastrado da  
83 proposta, objetivo e valor. Revela que, em alguns casos, há a oferta da emenda parlamentar para predestinada finalidade, cabendo  
84 então ao Hospital encaminhar projeto vinculado especificamente para aquela finalidade. Revela que, em sendo aprovada a liberação  
85 da emenda, há a necessidade de, primeiramente, a entidade realizar a ação do objeto, com recursos próprios, e então prestar contas  
86 pertinente, para somente após haver a liberação dos recursos, em reembolso. Explica os pormenores das demais regras que balizam

87 a utilização e liberação destes recursos oriundos de verbas parlamentares, esclarecendo detalhes e elencando algumas dificuldades  
88 no processo. Diz que todos os projetos estão disponíveis para consulta nos portais de transparência pública das esferas pertinentes,  
89 podendo ser averiguado a qualquer momento por qualquer cidadão. Conselheiro Dr. José William questiona a respeito das emendas  
90 impositivas destinadas ao GPACI, se as mesmas foram já liberadas. Conselheiro Ricardo Diacov responde afirmativamente.  
91 Conselheiro Dr. José William relembra que o Conselho Municipal de Saúde também foi contemplado com emendas impositivas,  
92 devendo então ser formalmente apresentado ao conselho em reunião ordinária, para posterior discussão pelo órgão a respeito da  
93 utilização dos recursos. Passa-se então a apreciação do quinto e último item da pauta: Apresentação sobre a situação de  
94 oftalmologia no município de Sorocaba. O Secretário Executivo do Conselho, Conselheiro Eduardo Golob, esclarece que a pauta foi  
95 um pedido do gestor, tendo em vista diversos questionamentos surgidos no próprio Conselho. Relembra que já houve  
96 esclarecimento realizado pelo Sr. Edil, representante do BOS, a respeito dos procedimentos sob gestão federal e estadual, e que a  
97 atual apresentação contemplará os procedimentos sob gestão municipal. A relatora do item, Dra. Janet, coordenadora da Central de  
98 Regulação, dá início a sua apresentação a respeito dos procedimentos sob gestão exclusiva municipal, demonstrando os números  
99 pertinentes separados por procedimentos, realizados no Hospital Oftalmológico. Conselheiro Dr. José William questiona a respeito  
100 do baixo número de procedimentos, e se o dado está correto. O Secretário da Saúde e também Presidente do Conselho revela que o  
101 número, embora seja baixo, é o mesmo averiguado já há 03 (três) anos, não havendo diminuição do número de cirurgias. Reconhece  
102 que não houve aumento, mas informa que também não houve diminuição, como equivocadamente se pensava. Diz ser necessário  
103 que exista aumento no número destas cirurgias, mas que estas vagas não são de competência de regulação municipal, cabendo ao  
104 Governo do Estado dar o devido encaminhamento do pleito municipal até o Governo Federal, para que então exista a autorização  
105 para a realização dos procedimentos. Revela que, no atual cenário nacional, não se vislumbra possibilidade de aumento no atual  
106 momento, levando-se em conta as declarações do novo Ministro da Saúde, que publicamente já assumiu que o Ministério não terá  
107 recursos para honrar integralmente com os custeios e repasses previstos. Diz ser importante que, diante de tal quadro, o Conselho  
108 conheça com maior propriedade a divisão de responsabilidades do Sistema Único de Saúde. Conselheiro Zanzarini questiona qual é  
109 o procedimento com maior demanda represada. Dra. Janet esclarece que as maiores demandas são fasetomia e catarata.  
110 Conselheiro Dr. José William e Conselheiro Alexandro solicitam que a apresentação seja encaminhada aos conselheiros, com  
111 antecedência, para que então possa se balizar a discussão. E, às 21h20min, como nada mais foi acrescentado à reunião, eu,  
112 Conselheiro Eduardo Golob que secretariei a presente reunião, Dr. Francisco Fernandes que a presidiu, e membros da Comissão  
113 Executiva que integraram a Mesa Diretora dos trabalhos, demos a presente reunião por encerrada.